Ano XXXIV - nº 170

AçãoFiscal

http://www.sindifiscal-es.org.br/

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

Em oito meses, Auditores superam meta para todo o ano de 2020
página 4

Benício Costa: Oxigenação é algo fundamental para o desenvolvimento organizacional página 9

Dia do Auditor Fiscal: muito a celebrar! Muita luta por vir!
página 2

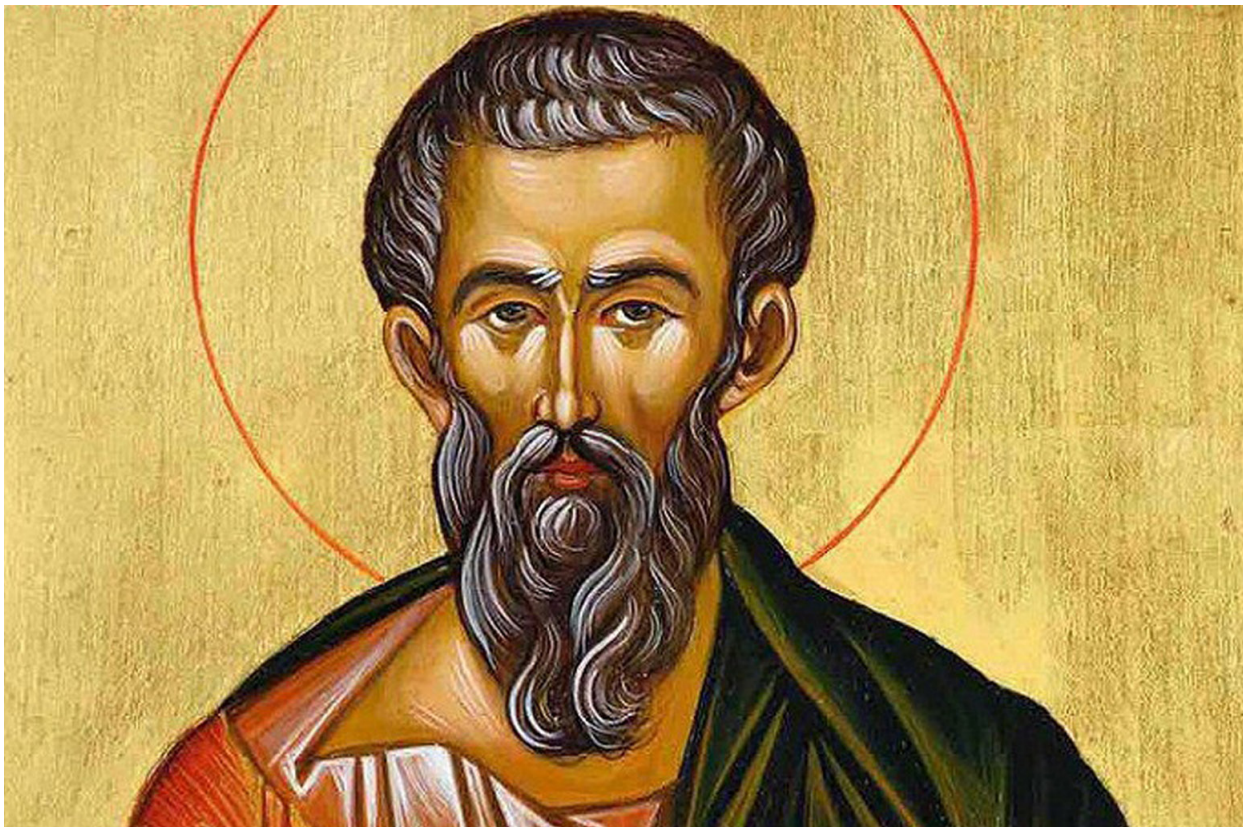
Precatório do crédito rotativo será pago em dezembro página 7

Governo cogitou adiar para 2021 o pagamento, mas diretoria do Sindifiscal reclamou e reivindicou confirmação do pagamento para este ano.

Sindifiscal dá início a processo eleitoral página 3

Com a palavra...

Dia do Auditor Fiscal: muito a celebrar! Muita luta por vir!



São Mateus, antes de se converter em apóstolo, foi cobrador de impostos.

O dia 21 de setembro é comemorado ao Auditor Fiscal da Receita Estadual. A Igreja comemora o dia de São Mateus, que antes de se converter em apóstolo e evangelista, fora cobrador de impostos. Podemos pensar o significado de comemoração em diferentes sentidos, mas aqui enfatizaremos dois: comemoração pelo feito e comemoração pelo reconhecimento do feito.

No que tange à comemoração pelo feito, nesse ano de 2020 deve ser revestida de grande festa. Se não bastasse as conquistas significativas para a Receita Estadual nos anos anteriores, para as quais nossos trabalhos foram decisivos, caíram sobre nossos ombros em 2020 desafios ainda maiores, em decorrência das consequências do Covid-19.

Abramos parênteses para manifestar nossos votos de pêsames e solidariedade a quem perdeu entes queridos nesse período; aos que enfrentaram dificuldades em hospitais; aos que ficaram em situação difícil economicamente. Ajudamos com orações, com solidariedade, com doações. Uma especial lembrança de nossos colegas vítimas da pandemia. A eles, nossas mais singelas homenagens!

Voltando ao início de 2020, mais precisamente em março, estávamos em fins de negociação salarial com o governo, tratando de reivindicações aprovadas em nossas Assembleias Gerais. Tratando de nosso reconhecimento. De um domingo à noite para segunda-feira, a negociação parou: "Não há clima para continuarmos as reuniões agora", escutamos do governo. O reconhecimento, por assim dizer, ficava adiado, bem como a possível comemoração. Entendemos!

Mas, ao mesmo tempo, estávamos convocados para a "guerra". A ameaça era a perda de aproximadamente 3,6 bilhões de reais em receita, o que levaria a Administração Pública a caos. Dissemos não: vamos derrotar o inimigo. Fomos para as ruas fiscalizar; fomos para nossos postos de trabalho com o risco de contração de doença; fomos para nossas casas trabalhar pela Receita, cuidar de nossos filhos, cozinhar, lavar e tudo o mais.

Enfim, convocados, nós nos apresentamos. E que feitos teríamos a comemorar? Acabamos de receber o fechamento da receita acumulada de janeiro a agosto de 2020. Fechamos um acumulado de ICMS da ordem de 7,25 bilhões de reais, contra R$ 7,41 bilhões em 2019: Um feito histórico nesses tempos! Da receita orçamentária prevista para 2020 até agosto, mais de 100% já foi executada. A receita de agosto deste ano foi maior que a do ano passado. E muito mais...

Contribuíram para isso os inúmeros projetos e operações fiscais exitosas neste ano de 2020. Contribuíram a atitude, a luta, a perseverança de Auditores Fiscais e Auxiliares Fazendários. Havemos sim de comemorar o ano de 2020 como um dos maiores anos, de todos os tempos, de contribuição do Fisco à sociedade e ao Estado do Espírito Santo!

Caras e caros colegas ativos, pensionistas e aposentados: "Somos talhados na luta!" Agora a luta é pelo reconhecimento, para que possamos novamente celebrar. Para isso, é preciso que não fiquemos esperando por benesses governamentais: elas simplesmente não virão. Que partamos para esse novo front. Que lutemos como o fizemos pela Receita, agora pela conquista de reconhecimento: o reconhecimento à altura da Carreira de Estado do Auditor Fiscal da Receita Estadual e do Auxiliar Fazendário.

Geraldo Pinheiro - Diretor Financeiro do Sindifiscal

Expediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo
Vice-presidente
josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro
Diretor Financeiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança
Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes
Diretora de Aposentados e Pensionistas
azet58@hotmail.com

Rogério Zanon da Silveira
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Anthony Fermino Repetto Lavor
Lenise Seabra Miranda
Luciano José da Silva
Marcelo da Silva Ramos
Marcelo Vinicius Borges Amistá

CONSELHO FISCAL
Ana Maria de Souza Silva
Carlos Werner dos Santos
Sebastião Luiz Casagrande

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro
Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno
Região Noroeste - João Tadeu Caon
Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Julho-Agosto/2020
Ano XXXIV - Edição 170

Weverton Campos
Jornalista responsável

Ricardo Aiolfi
Diagramação

Tiragem: 1200 exemplares
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br

SINDIFISCAL-ES

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - **CEP:** 29050-335.
Site: http://www.sindifiscal-es.org.br
CNPJ: 27239441000105
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

AçãoFiscal

Duas chapas se inscrevem para eleições do Sindifiscal

Pleito ocorre nos dias 3 e 4 de novembro deste ano. A nova gestão assume em janeiro

O Sindifiscal deu abertura, no dia 5 de agosto, ao período de eleições gerais da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, dos Delegados Regionais e do Conselho Fiscal.

A votação está marcada para acontecer nos dias 3 e 4 de novembro e o mandato terá início em 2 de janeiro de 2021 e será encerrado em 1º de janeiro de 2024.

No edital de convocação, assinado pelo presidente Carlos Heugênio Camisão, o Sindifiscal informa que, no dia 3 de novembro, serão disponibilizadas nove urnas itinerantes para coleta dos votos nos diversos municípios do interior do Estado.

Já no dia 4 de novembro, serão disponibilizadas cinco urnas fixas para coleta de votos no edifício-sede da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), e nas sedes das Subgerências de Fiscalização nos Municípios de Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina.

Para concorrer às eleições do Sindifiscal, se increveram duas chapas: 1) Fisco Forte e 2) União com Renovação. Os nomes dos componentes, e os roteiros das urnas, podem ser conferidos a seguir:

CHAPA 1
FISCO FORTE: Participação é Conquista!

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Geraldo José Pinheiro
Vice-presidente: José Fermo
DIRETORES
Tesoureiro: Carlos H. Duarte Camisão
Administrativo: Jocelino A. Demuner
Jurídica: Zenaide Maria Tomazelli Lança
Apos. e Pensionistas: Lenise Seabra Miranda
Comunicação: Rogério Zanon da Silveira

CONSELHO DELIBERATIVO:
Anthony Fermino Repetto Lavor
Marcelo da Silva Ramos
Herval José Borini Cezarino
Luiz Carlos Ferreira Pinto
César Romeu de Souza Lacerda

DELEGADOS SINDICAIS:
Metropolitana: Carlos Werner dos Santos
Sul: Lúcio Berilli Mendes
Nordeste: Luiz Henrique Ribeiro da Silva
Noroeste: João Tadeu Caon

CONSELHO FISCAL:
Edvaldo Monteiro
Lenita Ana De Nadai
Zuleide Rosangelica de Assis Lopes

CHAPA 2
UNIÃO COM RENOVAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Eustáquio Francisco Xavier
Vice-presidente: Elcio Pedro Uliana
DIRETORES
Tesoureiro: Laerte Nicolau Aroni
Administrativo: Delson Iglesias do R. Junior
Jurídica: Ana Maria de Souza Silva
Apos. e Pensionistas: Júlio Cesar Camilo Muniz
Comunicação: Adolf Zini de Souza

CONSELHO DELIBERATIVO:
Bruno Barcelos Nardotto
Carla Brasil Milaneze
Marlucia Barros de Almeida
Ricardo José Pasolini
Walker Ricardo Pinto

DELEGADOS SINDICAIS:
Metropolitana: José Luiz Frisso
Sul: Jefferson Spadarott Bullus
Nordeste: André Gomes Santana
Noroeste: Ângelo Vicente Scalfoni

CONSELHO FISCAL:
Bruno Aguilar Soares
Saulo Machado Viana
Marco Aurélio Fernandes da Silva.

URNA 01 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Afonso Claudio	8:00	Agência
Domingos Martins	10:30	Agência
Serra	14:30	Banestes

URNA 02 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Montanha	8:00	Banestes
Pinheiros	10:00	Banestes
Nova Venécia	11:30	Banestes
São Gabriel da Palha	15:00	Banestes

URNA 03 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Ecoporanga	8:00	Banestes
Barra S. Francisco	9:30	Agência
Mantenópolis	11:30	Banestes
Alto Rio Novo	14:30	Banestes

URNA 04 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Rio Novo do Sul	8:00	Banestes
Itapemirim	9:30	Banestes
Marataízes	10:30	Banestes
Mimoso do Sul	13:30	Banestes
Muqui	14:30	Banestes
Atílio Vivácqua	15:30	Banestes

URNA 05 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Pedro Canário	8:00	Banestes
Conceição da Barra	9:30	Banestes
São Mateus	11:00	Agência
João Neiva	14:00	Banestes
Aracruz	15:00	Agência
Ibiraçu	16:00	Banestes

URNA 06 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Jeronimo Monteiro	8:00	Banestes
Alegre	9:00	Agência
Guaçuí	10:00	Banestes
Dores do Rio Preto	11:00	Banestes
São José do Calçado	14:00	Banestes
Bom Jesus do Norte	15:00	Banestes
Apiacá	15:30	Banestes
Ponte do Itabapoana	16:30	Praça

URNA 07 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Castelo	8:00	Banestes
Muniz Freire	10:00	Banestes
Iúna	11:00	Banestes
Ibatiba	13:00	Banestes
C. Castelo	14:00	Banestes
Venda Nova Imigrante	15:00	Banestes

URNA 08 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Guarapari	8:00	Agência
Anchieta	10:30	Banestes
Piúma	11:30	Banestes
Viana	14:30	Banestes
Cariacica	15:30	Agência

URNA 09 (dia 03)	HORÁRIO	LOCAL
Baixo Guandu	8:00	Banestes
Itaguaçu	10:00	Banestes
Itarana	12h30	Banestes
Santa Maria de Jetibá	14:30	Banestes
Santa Teresa	15:00	Banestes
Fundão	16:00	Banestes

DIA 4 DE NOVEMBRO

URNA 10 (dia 04)
Sefaz - Vitória
09h às 17h

URNA 11 (dia 04)
Sufis - Vila Velha
09h às 17h

URNA 12 (dia 04)
Sufis - Linhares
09h às 17h

URNA 13 (dia 04)
Sufis - Colatina
09h às 17h

URNA 14 (dia 04)
Sufis - C. Itapemirim
09h às 17h

COMISSÃO ELEITORAL

Zenaide M. Tomazelli Lança
José Fermo
Ana Maria de Souza Silva
Walker Ricardo

Em 8 meses, Auditores da Receita Estadual superam meta de 2020: R$ 45,7 milhões

Com mais de quatro meses de antecedência, os Auditores Fiscais da Receita Estadual do ES alcançaram no dia 18 de agosto a meta de ações fiscais prevista para todo o ano de 2020 - marcado pela pandemia do novo coronavírus, que afetou drasticamente a economia.

Para todo o ano de 2020, o previsto era que ações desse tipo - que contemplam atividades como operações de trânsito, operações especiais, operações pontuais e quaisquer outras resultantes de atividade fiscal -, resultassem em R$ 45,563 milhões para o Espírito Santo. Entretanto, ainda em 18 de agosto, o número já batia os R$ 45,734 milhões.

Chama a atenção também a área de Importação, que, nessa data, já havia ultrapassado 82% da meta estipulada, com a arrecadação de R$ 223,5 milhões (ante os R$ 122,4 milhões previstos). O IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) também já alcançou a meta, de 100% do estipulado para 2020, ultrapassando a R$ 545,11 milhões.

Auditores Fiscais durante atuação no comércio varejista, antes da pandemia de covid-19.

Segundo o Diretor Financeiro do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro: "os resultados obtidos especificamente na receita de ação fiscal evidenciam que, apesar da deficiência de recursos humanos, a utilização intensiva de mão de obra qualificada repercutiu positivamente no resultado, propiciando ingressos de recursos estratégicos nesse período de dificuldades e reduzindo a concorrência desleal decorrente de sonegação fiscal".

Auditores falam sobre arrecadação na TV Sim Linhares

Os Auditores Fiscais da Receita Estadual Frank Gaigher Bermudes, Subgerente Fiscal na Região Nordeste, e André Gomes Santana, participaram do programa "Bate-Papo das 6", transmitido pela TV Sim Linhares (Canal 16) no dia 18 de agosto.

No programa, também difundido pela internet via YouTube, foram discutidos os impactos da pandemia da covid-19 na arrecadação tributária.

É possível conferir a participação dos colegas. Basta digitar o link a seguir no navegador do seu computador ou do seu celular: bit.ly/batepapodas6

Receita Estadual recupera R$ 20 milhões em operação supermercadista

Dispondo de uma nova metodologia de gerenciamento, impactada pela evolução da tecnologia, pela implementação dos documentos fiscais eletrônicos e pelo prévio planejamento das ações fiscais, uma equipe de dez Auditores da Sufis-M (Subgerência de Fiscalização da Região Metropolitana), vinculada à Receita Estadual, foi responsável por fiscalizar, de meados de 2019 até hoje, dezenas de unidades das maiores redes de supermercados do Estado e recuperar R$ 20 milhões para o caixa estadual.

Do montante de crédito que foi lançado pelos Auditores (dos quais R$ 20 milhões já foram efetivamente recuperados mais de 42% correspondem à sonegação fiscal, o que eleva a multa em 100% do valor não recolhido de forma devida e conforme determina a legislação. A operação já se encontra em fase final.

De acordo com Lucas Calvi, Chefe de Equipe de Fiscalização, o trabalho se baseou em três eixos: verificação da correta aplicação da alíquota de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas operações; pertinência ou não no uso de determinados créditos tributários e verificação do recolhimento de ICMS pelo regime de Substituição Tributária na origem e também no destino.

"Hoje um único Auditor consegue executar todas as tarefas, realizando-as com muito mais velocidade e profundidade", comenta o Auditor Ébio Luiz Ferrari. O Auditor, porém, frisa que o trabalho ainda é desafiador e destaca alguns aspectos complexos: "elevado volume de dados para ser manuseado e auditado, não sendo difícil encontrar supermercados com um milhão de registros de item de NFC-e (Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica) por mês; grande diversidade de produtos, o que exige um amplo conhecimento dos produtos isentos, dos submetidos à Substituição Tributária e dos tributados", pontua.

A operação visa ainda a mudar o comportamento dos contribuintes por meio da elevação da percepção de risco.

Na avaliação do Sindifiscal, essa ação direcionada a determinado segmento econômico permite uma visão ampla do comportamento tributário dos contribuintes, permitindo identificar de forma objetiva os ilícitos tributários cometidos. Essa prática demonstra ainda uma eficiência na utilização de recursos humanos em um cenário de reduzido quadro de pessoal.

"Em Administração Tributária não há que se falar em gasto, mas investimento com retorno certo conforme evidenciam os números das ações fiscais", argumenta o diretor financeiro do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro.

Auditores recuperam R$ 9,8 milhões de grandes contribuintes em apenas 4 meses

Resultado é fruto de setor criado em 2018 para monitorar 41 contribuintes

A SGCONT (Supervisão de Grandes Contribuintes), que agora tem status de Subgerência, criada no final de 2018 a partir de proposta do redesenho de processos na Sefaz-ES, já recolheu até hoje mais de R$ 22,2 milhões e lavrou autos de infração na ordem de R$ 45,1 milhões. Entre os 41 contribuintes que a Supervisão monitora, há representantes dos setores de atacado, telecomunicações, petróleo e gás, energia, mineração, siderurgia, entre outros.

SGCONT agora é Subgerência.

De março a julho deste ano, os sete Auditores Fiscais da Receita do Estado responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dos maiores contribuintes do ES, recuperaram R$ 9,8 milhões, segundo dados levantados pelo Sindifiscal.

Os contribuintes acompanhados por esse departamento do Fisco representam hoje 43% de toda a arrecadação do Estado em ICMS. Além disso, eles atuam em setores estratégicos para a economia capixaba - daí a elevada importância para o Estado e a necessidade de um constante monitoramento pelos Auditores Fiscais.

De acordo com Benício Costa, Supervisor da SGCONT, o acompanhamento e monitoramento fiscal dessa carteira de contribuintes também subsidia a gestão da Administração Tributária com informações sobre o comportamento tributário do grupo, possibilitando a produção de análises sobre as variações relevantes da arrecadação dessas empresas.

"Além disso, os Auditores Fiscais adquirem profundo conhecimento dos setores econômicos envolvidos e hoje já controlam arrecadação, faturamento, preços, dentre outras variáveis, e pelo know-how adquirido acabam também auxiliando os contribuintes monitorados em seus controles internos", afirma.

Sete categorias registram aumento de faturamento

A nova edição do "Boletim da Receita Estadual: Impactos econômicos da covid-19" revela que algumas categorias do setor varejista registraram crescimento de faturamento no Espírito Santo, de março a junho de 2020 (período afetado pela pandemia do novo coronavírus). Os dados são referentes ao mesmo período do ano passado.

Tiveram aumento os hortifrutigranjeiros (+35%), açougues e peixarias (+17,3%), produtos alimentícios (+13,3%), supermercados (+12%), produtos farmacêuticos (+11,6%), gás liquefeito (+8,6%) e materiais de contrução (+8,2%).

Por outro lado, algumas categorias tiveram queda de faturamento. São os casos de calçados (-56,7%), vestuário (-49,3%), óptica (-41,8%), material esportivo (-34,7%), cosméticos (-30,5%), combustível (-29,6%), tecidos (-27%), entre outros.

Auditores recuperam milhões sonegados por fornecedora de veículos para órgãos do ES

Os Auditores Fiscais da Receita do Estado do Espírito Santo recuperaram, de julho de 2018 até agora, cerca de R$ 4,5 milhões sonegados por empresas do setor automotivo.

Desse montante, a maior parte diz respeito a uma empresa de São Paulo, considerada a maior fornecedora de veículos para Prefeituras e Órgãos Estaduais do ES (como ambulâncias e viaturas policiais), que não recolhia para o Estado capixaba a parte devida do imposto. Outras fraudes encontradas consistiam:

- na revenda de veículos, por meio de concessionárias de outras UFs, para o Estado sem recolhimento do imposto para o ES;

- na revenda, por meio de concessionárias capixabas, de carros adquiridos com finalidade de test-drive, que não poderiam ser vendidos com menos de um ano de uso, sem a complementação do imposto;

- e na revenda de carros novos por locadoras de veículos de fachada.

Além da recuperação do montante de R$ 4,5 milhões, foram constituídos outros R$ 4,9 milhões em multas por infração à Legislação Estadual.

Arrecadação de tributos mantém a previsão da Lei Orçamentária

Com o retorno gradativo de atividades econômicas, o Espírito Santo conseguiu manter os níveis de arrecadação esperados para a Lei Orçamentária Anual, segundo dados do mapa de arrecadação da Gearc (Gerência de Arrecadação e Cadastro) da Sefaz.

Em agosto, o ICMS arrecadou R$ 1,014 bi, superior em 2,9% se comparado com o mesmo período do ano passado, quando atingiu R$ 986,3 milhões.

No conjunto das receitas totais (tributárias e não tributárias) o valor acumulado até agosto/2020 atingiu a cifra de R$ 11,158 bilhões, redução de 5,5% se comparado ao mesmo período de 2019.

Apesar dessas pequenas reduções, identifica-se um excesso de arrecadação até o mês de agosto corrente de R$ 347 milhões, excedente que possibilitará compensar possível perda em meses subsequentes caso haja algum impacto negativo.

Diretoria do Sindifiscal retoma negociação com secretário da Fazenda

Salário, promoção, progressão e crédito do rotativo foram as pautas

Diretores do Sindifiscal se reuniram o secretário da Fazenda, Rogelio Pegoretti, para retomar a pauta de maio, interrompida em razão de compromisso urgente com o governador. A reunião ocorreu no final de agosto e contou com os diretores Carlos Camisão, Geraldo Pinheiro e Rogério Zanon.

Foram tratados: 1) Processo de negociação suspenso em face da pandemia; 2) Processo de Promoção Funcional 2018; e 3) Precatório do Rotativo do Banestes.

O Sindifiscal destacou que em um ano e sete meses com Rogelio à frente da pasta não houve avanços nas negociações salariais. Ressaltou ainda que as negociações pararam com o início da pandemia em março, o que colocou os Auditores Fiscais num "congelamento salarial".

Pegoretti informou que, com a pandemia, direcionou esforços nas atividade de manutenção da arrecadação, mas reconheceu a precária situação salarial do Fisco Estadual. Destacou que tem levado essa demanda ao governador e que está preocupado com o número reduzido de pessoal na Sefaz. Anunciou que já recebeu autorização do governador para a realização de um concurso e que será necessário melhorar a remuneração para manter os novos auditores no cargo.

Sobre a progressão funcional, o Sindifiscal cobrou um posicionamento sobre os processos de homologação de aposentadorias que estão há mais de dois anos no Tribunal de Contas sem uma decisão.

O secretário informou que conversou com o presidente do Tribunal, porém não tem como administrar e controlar a situação por se tratar de um órgão autônomo e independente do Executivo. O Sindifiscal mais uma vez registrou a injustiça que está sendo cometida aos Auditores com o atraso nos ciclos de promoção. Na oportunidade, reivindicamos outra vez ao secretário a solução definitiva para regularização dos processos promocionais com a supressão do inciso II, do parágrafo único do Art. 4º da Lei 737/2013, como forma de resolver a questão. O secretário se comprometeu a levar esta reivindicação ao governador. No último ponto, Rogelio frisou que o prazo de pagamento é dezembro de 2020.

Rogelio Pegoretti reuniu-se virtualmente com Diretoria Executiva do Sindifiscal.

Sindifiscal dá boas-vindas ao Subsecretário da Receita, Luiz Cláudio Nogueira de Souza

O Auditor Fiscal Luiz Cláudio Nogueira de Souza substituiu o colega Sergio Ricardo na Subsecretaria da Receita Estadual. Durante sua passagem pela Subser, Sergio Ricardo enfrentou muitos problemas e passou por um período em que a categoria enfrentava e ainda enfrenta uma das piores crises desde o concurso de 1984, decorrente de baixos salários, teto remuneratório e consequente êxodo por aposentadorias.

Nas últimas semanas, Sérgio Ricardo vinha contribuindo com sua equipe em estudos para o avanço nas negociações entre o sindicato e o governo, buscando compensar na receita a repercussão financeira decorrente da implantação de uma tabela de subsídios, como aprovado em Assembleia Geral do Fisco.

A Diretoria do Sindifiscal deseja êxito a Luiz Cláudio na Subser e enseja que possa contribuir para o processo de negociações salariais em curso. "O êxito da gestão do colega Luiz Claudio e de sua equipe está ligado a um êxito nas negociações salariais com o governo neste ano", avalia o diretor financeiro do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro.

O Sindifiscal realizou uma audiência com Luiz Cláudio para tratar dos problemas por que passa a carreira e informá-lo sobre a negociação em curso, que deverá passar por uma nova rodada de negociações com a Sefaz.

Contra Sindifiscal e Categoria, Setur vai para a Fazenda

Apesar dos inúmeros argumentos apresentados pela Diretoria do Sindifiscal, por gestores e servidores da Sefaz, o Secretário de Estado da Fazenda, Rogelio Amorim, em reunião no dia 19 de agosto com aproximadamente 400 servidores por meio da internet, comunicou a decisão de levar a estrutura da Secretaria de Turismo para a sede da Secretaria da Fazenda. Ponderou, entretanto, que tal decisão poderia ser revertida.

O presidente do Sindifiscal, Carlos Heugênio Camisão, em conversa com Rogelio Amorim, reiterou a posição da Diretoria da entidade contrária à mudança.

Camisão explicou que a Setur não tem associação às áreas da Receita e da Despesa Pública. Ressaltou que há um concurso público em andamento para Auditor que demandará mais espaço no prédio-sede.

Para Camisão, há outras questões envolvidas, como agrupamento de pessoas em espaços pequenos de forma desnecessária, além da atual pandemia, em que se recomenda não haver aglomerações.

O Sindifiscal espera que o governador Renato Casagrande se abra ao diálogo com a entidade.

Secretário informa que crédito rotativo será pago em dezembro

Quem tiver direito deve encaminhar cópia da frente do cartão com os dados bancários para o Sindicato o quanto antes

O secretário de Estado da Fazenda, Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, informou à Diretoria do Sindifiscal, durante reunião virtual realizada em agosto, que os precatórios referentes à devolução dos juros e encargos do crédito rotativo serão pagos aos servidores do Grupo TAF em dezembro deste ano.

Inicialmente, havia a expectativa de que o crédito seria disponibilizado em outubro. Entretanto, em razão de desdobramentos da pandemia do novo coronavírus, o Estado preferiu usar todo o seu prazo para realizar o pagamento, que se finda em 31 de dezembro.

A diretora jurídica do Sindifiscal, Zenaide Tomazelli, destaca que o pagamento será feito diretamente nas contas bancárias informadas pelos credores ao Departamento Jurídico do Sindifiscal, que as encaminhou ao Setor de Precatórios do TJES (Tribunal de Justiça). O valor será corrigido e depositado nas contas dos titulares do crédito (credores originários ou herdeiros de falecidos). Lembra ainda que não é admitida conta salário.

"Constatamos, contudo, que muitos filiados ainda não enviaram ao Departamento Jurídico a cópia do cartão bancário, o que impedirá que se efetive o pagamento", comenta Zenaide. Dessa forma, a diretora jurídica pede aos filiados que ainda não enviaram cópia de seu cartão bancário (em que desejam sejam creditados os seus valores), que o façam o mais breve possível.

Para tanto basta enviar cópia da frente do cartão, ou então que simplesmente encaminhem os dados bancários, caso sua conta seja do Banestes.

Zenaide solicita ainda a colaboração dos colegas que conheçam herdeiros de servidores que tenham direito a receber os valores devidos.

A família deve ser orientada a entrar em contato com o sindicato, para que possam ser adotadas as providências para o recebimento dos valores deixados pelo filiado falecido", conclui Zenaide.

Advogado Gilmar Lozer, Diretora Jurídica Zenaide Tomazelli e Assistente Jurídica Oreni Amaral.

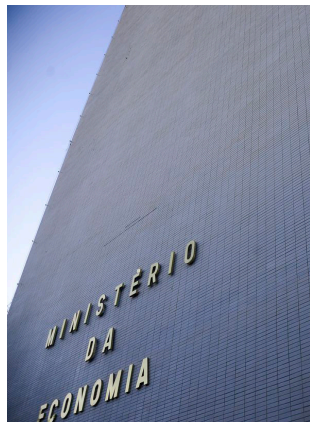
Reajuste do plano de saúde Unimed é suspenso

A Benevix informou ao Sindicato que, diante da definição da ANS (Agência Nacional da Saúde), de suspender reajuste dos planos de saúde de setembro a dezembro de 2020, notificou a Unimed para que desconte os valores adicionais cobrados no último boleto referentes ao reajuste anunciado de 7,5%.

Isso porque a Unimed já havia aplicado o referido acréscimo antes da definição da ANS. Dessa forma, as faturas já haviam sido emitidas. A Benevix ainda recomenda a todos os segurados que paguem normalmente os seus boletos, adiantando que os valores adicionais pagos pelos beneficiários serão automaticamente descontados na próxima fatura, sem qualquer prejuízo.

Lei Complementar 173/2020 não congela progressões e promoções de servidores públicos

O Ministério da Economia emitiu documento no qual afirma que as progressões e promoções não são afetadas pela Lei Complementar 173/2020. A LC 173 é fruto do acordo, entre governo e Congresso Federal, para liberação de recursos e isenções fiscais a Estados e Municípios. A legislação prevê, como contrapartida, entre outras medidas, o congelamento de salários dos servidores federais, estaduais e municipais até 31 de dezembro de 2021.



No item 17 da Nota Técnica SEI nº 20581/2020/ME, aponta que as progressões e promoções não se aplicam na vedação da Lei, já que estão amparadas em legislações anteriores e são concedidas a partir de critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

O Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) divulgou uma análise da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) acerca dos ataques aos servidores públicos contidos na LC 173. Em relação a progressões e promoções, a AJN confirma a nota técnica do Ministério da Economia de que qualquer tentativa de vedá-las é ilegal e inconstitucional e, caso as administrações insistam na ilegalidade, caberá processo no Judiciário.

A AJN também avalia que no âmbito do Poder Executivo Federal, as concessões de Retribuição de Titulação, Incentivo à Qualificação, Gratificação por Qualificação continuam permitidas. Ressalta, porém, que afeta profundamente outros direitos dos servidores como a proibição de qualquer reajuste ou adequação na remuneração, criação de cargos e funções e alterações na estrutura das carreiras, que impliquem em aumento de despesas.

Proíbe ainda a contratação de pessoal, exceto para reposição de cargos de chefia, e a realização de concursos públicos, exceto para reposições de vacâncias em caso de aposentadoria, morte, readaptação. Veda também a criação de despesas obrigatórias e adoção de quaisquer medidas que impliquem em reajuste das despesas obrigatórias com pessoal.

Marca Sindifiscal se torna referência no combate à sonegação fiscal no Estado

Cidadãos e empresários têm procurado o Sindifiscal preocupados com fraudes fiscais

O Sindifiscal se tornou referência quando o assunto é o combate à sonegação fiscal no Espírito Santo - atribuição dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

Diariamente, a entidade é procurada por telefone, e-mail e redes sociais por cidadãos e empresários preocupados com fraudes fiscais em estabelecimentos, como não emissão de nota fiscal; não recolhimento de imposto; vendas irregulares; fraude no regime do Simples Nacional e outras práticas que lesam ao erário e acabam provocando concorrência desleal na economia.

A razão da procura é o grande volume de conteúdo gerado pelo Sindifiscal e amplamente difundido no seu portal, nas redes sociais e na imprensa, via mídia espontânea.

Somente nos últimos dias, jornais como Folha Vitória, ES Hoje, TV Vitória, R7, Sim Notícias, Movimento Online, ES 360 (Metro), entre outros, repercutiram os informes do Sindifiscal mais de 20 vezes.

As matérias foram referentes à operação no setor supermercadista; o boletim da Receita sobre os impactos da covid-19 na economia; a crescente receita de julho; a atuação da Supervisão de Grandes Contribuintes; a operação no setor automotivo, que recuperou mais de R$ 4 milhões sonegados; e, mais recentemente, o alcance da meta de "Ações Fiscais" de 2020 já no mês de agosto.

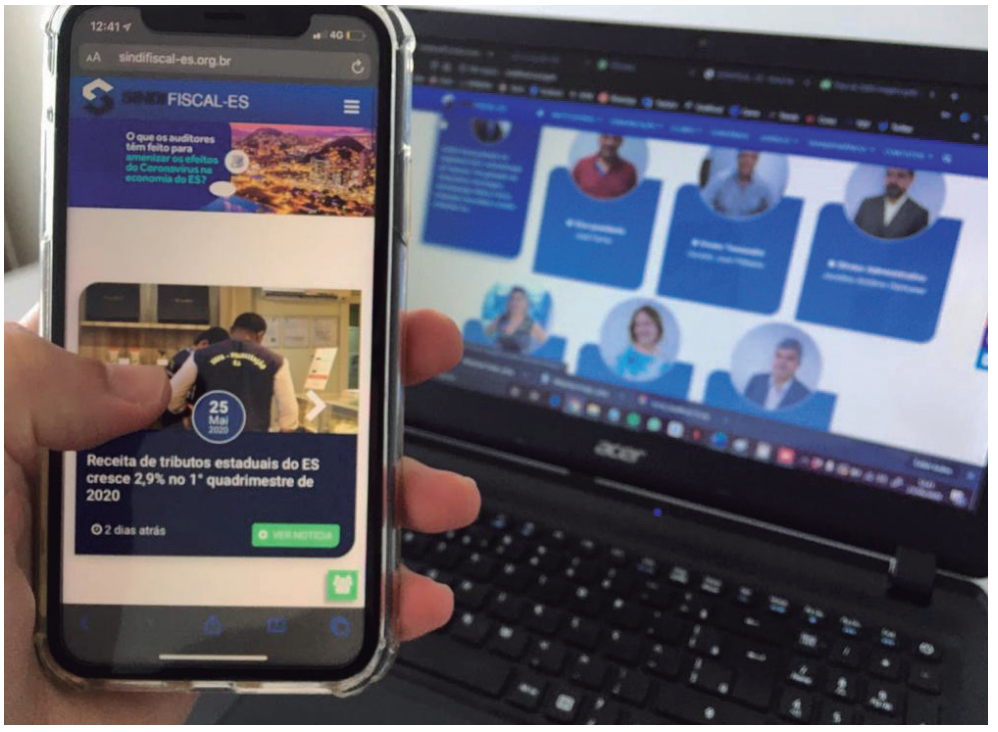
Os links mais recentes dessas repercussões podem ser conferidos na seção "Sindifiscal na Mídia", situada na página inicial do portal do sindicato. Já os conteúdos estão na área de "Notícias" do site.

O tutorial de "como denunciar fraudes fiscais no Espírito Santo", mesmo realizado em junho de 2017, quando ainda era mais difícil encontrar a Ouvidoria no site da Sefaz ainda hoje é o conteúdo mais acessado da história do site do Sindifiscal.

Desde que foi publicado, o tutorial foi lido 4,6 mil vezes e, mensalmente, tem em média 104 acessos.

Por ser uma entidade representativa, o Sindifiscal não tem legitimidade para atuar em relação às denúncias, mas cumpre bem o papel de orientar os interessados a registrar as denúncias no site da Sefaz.

O Fale Conosco da Secretaria agora se encontra logo na lateral esquerda da página principal, em um chamativo banner em preto, branco e vermelho. Esse é o espaço oficial para a manifestação das denúncias.



Conteúdos podem ser conferidos no site do Sindifiscal: www.sindifiscal-es.org.br

"Temos a obrigação de auxiliar no combate à sonegação como forma de inibir a concorrência desleal relativa a tributos estaduais. É uma ação de interesse social que auxilia no ingresso de recursos públicos e divulga a importância do trabalho dos Auditores em prol da coletividade", argumenta o Diretor do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro.

“Oxigenação é algo fundamental para o desenvolvimento organizacional”

Para Benício Costa, é preciso mudar a cultura da carreira de Auditor

Benício Costa acredita que os principais problemas da carreira do Fisco sejam a remuneração, estrutura, falta de pessoal e de reconhecimento

Subgerente de Grandes Contribuintes, o Auditor Fiscal da Receita Estadual Benício Suzana Costa (41 anos), avalia como muito positiva a recente mudança que está sendo realizada no âmbito da Sefaz, com reorganização de Gerências, Subgerências, entre outras. Segundo ele, “toda estrutura precisa sofrer renovação, reoxigenação, e é algo que tem que acontecer naturalmente”.

“Isso tem que acontecer como está acontecendo agora. Acho que é algo bom, que vai dar uma dinâmica melhor para o nosso trabalho”, argumenta. Entretanto, segundo ele, as mudanças no organograma não são as principais e sim as que envolvem as condutas profissionais. “Além dessas mudanças internas de gestão, precisamos também mudar nossa cultura e a forma como a gente enxerga o trabalho do Auditor. E aí eu acho que entra o papel do alto escalão, de mostrar ao governo e à sociedade que o nosso papel é importante”, argumenta.

> Além dessas mudanças internas de gestão, precisamos também mudar nossa cultura e a forma como a gente enxerga o trabalho do Auditor.

Oriundo de Alfredo Chaves (ES), Benício entrou no Fisco em fevereiro de 2016, após realizar o concurso público de 2013. Até então, ele, que é Engenheiro Elétrico pela UFES, atuou na iniciativa privada por cerca de 15 anos, tendo sido a última experiência como dirigente de operação do Shopping Vila Velha.

Perguntado sobre o Dia do Auditor Fiscal, Benício, depois de quase cinco anos no Fisco, acredita que, atualmente, não há muita coisa a ser comemorada. Ele elenca como os principais problemas da carreira remuneração, estrutura e falta de pessoal e acredita faltar, principalmente, reconhecimento do governo para com os Auditores Fiscais.

“Precisamos que nossos governantes entendam a importância do Auditor, porque a gente viu agora aí na pandemia a prova cabal de que nós somos essenciais. Nós continuamos trabalhando, continuamos entregando, conseguimos recuperar milhões de reais para os cofres públicos e esse dinheiro foi utilizado em equipamentos de respiração e outros investimentos que a saúde estava precisando. Se você não tem receita, você não tem capacidade de pagamento”.

> Quando você muda as pessoas, você traz novas ideias e isso pode ser revertido para a categoria.

Por outro lado, Benício considera que a mudança na gestão, citada anteriormente, já é o primeiro passo de algo maior que pode estar por vir. “Quando você muda as pessoas, você traz novas ideias e isso pode ser revertido para a categoria. Apesar de saber que temos um caminho muito longo pela frente até alcançarmos o que desejamos”.

Apesar das dificuldades da carreira, o esposo da farmacêutica bioquímica Letícia Sabbagh e pai de Henrique (13 anos) e Daniel (3 anos), afirma que desde que pensou em estudar para concurso público tinha foco na Auditoria Fiscal, não só por ter afinidade com alguns dos conteúdos cobrados, mas “pelo que ouvia falar” da profissão. Segundo ele, profissionalmente se sente realizado.

“É gratificante você fazer um trabalho e saber que os frutos dele são revertidos para a sociedade. Quando, por exemplo, a gente descobre alguma fraude, em que o dinheiro do Estado vai para onde não deve, e conseguimos recuperar esses recursos e colocá-los de volta no caixa, para saúde, educação, saneamento, e etc., acho bem gratificante”, pontua Benício.

Questionado sobre a ascensão profissional recente, quando sai da condição de Supervisor para Subgerente, Benício a atribui ao trabalho sério que desempenha. “Eu acho nosso trabalho primordial. É lógico que ninguém faz nada sozinho. Eu era Supervisor de Grandes Contribuintes e tinha uma equipe excelente comigo. Colegas excepcionais. Um exemplo é o resultado que a gente obteve nessa pandemia: quase R$ 10 milhões recuperados. Atribuo isso ao trabalho”, enfatiza.

Por fim, Benício avalia o processo eleitoral do Sindifiscal que está por vir e diz esperar que a carreira se fortaleça cada vez mais, independente de quem ganhar. “Temos uma disputa, mas ao mesmo tempo eu penso que a disputa tem que ficar somente naquele momento eleitoral. Depois devemos todos pensar na carreira. Não só os que ganharem, mas todo mundo junto. Acho que o caminho para o fortalecimento da Receita é todo mundo unido, em prol da nossa carreira”, finaliza.

Pelos sindicatos

Siprotaf-MT protocola mandado de segurança em face do governo

O Siprotaf ingressou em agosto com Mandado de Segurança com pedido de liminar, exigindo que o governo do Estado reconheça a estabilidade dos sindicalizados cujos processos, segundo a entidade, estão parados há 4 meses. De acordo com o Siprotaf, sem a estabilidade, os servidores ficam impedidos de receber anbono permanência e aposentadoria.

Sindicato da Bahia cobra pontos importantes para o funcionalismo

Sindsefaz-BA quer retomada de discussões do funcionalismo

Junto a outras categorias do serviço público estadual da Bahia, o Sindsefaz se reuniu em um evento virtual no final de agosto para debater a retomada da discussão sobre pontos importantes para o funcionalismo. Na oportunidade, o sindicato ressaltou a compra de equipamentos de proteção para os fazendários que seguiram trabalhando presencialmente.

Sede da Secretaria da Fazenda do Ceará

Auditece-CE vence governo cearense na Justiça

A Auditece obteve êxito na Justiça em relação à reivindicação para que o Estado reconheça como de efetivo exercício o período em que Auditoras Fiscais associadas estiveram em gozo de licença à gestante. No Ceará, segundo a Auditece, o Estado vinha postergando a aquisição da estabilidade e alguns direitos dela decorrentes.

Tributar os super-ricos para reconstruir o país

Propostas poderiam gerar arrecadação de R$ 292 bilhões

Para enfrentar a crise gerada pela pandemia da covid-19, cinco entidades se uniram para construir um documento que apresenta oito propostas de leis tributárias que isentam os mais pobres e as pequenas empresas, fortalecem Estados e Municípios, geram acréscimo na arrecadação estimado em R$292 bilhões e incidem sobre as altas rendas e o grande patrimônio, onerando apenas os 0,3% mais ricos.

São elas: AFD (Auditores Fiscais pela Democracia), Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) - da qual o Sindifiscal é associado -, IJF (Instituto Justiça Fiscal) e Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Segundo as entidades, a gravidade da conjuntura requer que essas medidas sejam aprovadas ainda em 2020, para que possam produzir efeitos já em 2021. "A maior parte delas não requer emenda constitucional e, portanto, podem ser aprovadas pelo Congresso Nacional com mais agilidade. Em função da urgência que o momento impõe, esse estudo apresenta toda a legislação específica para cada uma das propostas recomendadas", argumentam.

De acordo com as associações, o ponto de partida desse trabalho é o manifesto Tributar os Ricos para Enfrentar a Crise. As propostas estão afinadas com a Emenda Substitutiva Global à PEC 45/2019 (EMC 178/2019) que tramita no Congresso Nacional.

Propostas

As oito propostas do projeto Tributar os Super-ricos para reconstruir o país - disponíveis na íntegra no site plataformapolitica-social.com.br - são:

1) Os 0,3% dos mais ricos do país devem pagar mais Imposto de Renda. Com isso, 10 milhões de brasileiros da classe média poderão deixar de fazê-lo.

2) Taxação de fortunas acima de R$ 10 milhões ano, faixa que representa apenas 0,028% da população. A estimativa de arrecadação é de R$ 40 bi.

3) Contribuição de mineradoras e bancos para arrecadação de recursos para a Seguridade Social, visto que são setores que não foram prejudicados pela crise.

4) Incidência de imposto sobre altas rendas (a partir de R$ 60 mil ao mês). A medida incide sobre somente 0,098% da população, mas arrecadaria R$ 35 bilhões para a saúde e a economia.

5) Maior tributação sobre heranças, arrecadando assim R$ 14 bilhões ao ano.

6) Redução de impostos para micro e pequenas empresas.

7) Garantia de mais recursos para Estados e Municípios.

8) Isenção das pessoas que recebem até três salários mínimos do pagamento de Imposto de Renda e ampliação das alíquotas para rendas mais altas.

Artigo

Pagamento de multa sob condição resolutória

A exemplo do que ocorre com o ICMS, que ordinariamente é pago sem prévio exame da autoridade fiscal e cujo crédito é extinto sob condição resolutória da posterior homologação do lançamento efetuado pelo contribuinte, conforme dispõe o art. 150, § 1.º do CTN, o pagamento sob condição resolutória de determinadas multas relativas a esse imposto foi introduzido transitoriamente na legislação tributária estadual por meio da Lei n.º 10.376/15 (REFIS de 2015), nos seguintes termos: "...as reduções serão aplicáveis cumulativamente, para pagamento em cota única, sob condição resolutória de posterior comprovação das obrigações de fazer a elas inerentes..." (art. 2.º, § 3.º, III).

Com efeito, o que motivou a adoção do pagamento de multas sob condição resolutória na legislação tributária estadual foi a constatação da enorme dificuldade, decorrente do excesso de burocracia, que o Estado tem para receber os seus créditos. Uma verdadeira provação! Como as disposições eram transitórias, o sujeito passivo, na maioria das vezes, não conseguia efetuar o pagamento dentro do lapso temporal legalmente fixado para a fruição do pagamento com redução. Deu tão certo que o legislador capixaba, por intermédio da Lei n.º 10.647/2017, resolveu incorporar definitivamente o pagamento sob condição resolutória no capítulo da Lei n.º 7.000/2001 que dispõe sobre a redução das multas alusivas ao ICMS.

Assim, o pagamento com redução das multas referentes a faltas ou irregularidades na escrituração fiscal ou na apresentação de informações econômico-fiscais, previstas no artigo 75 da Lei n.º 7.000/2001, pode ser feito sob condição resolutória de posterior comprovação de que tais obrigações foram sanadas dentro do prazo previsto para impugnação do lançamento tributário. Ou seja, o contribuinte não fica mais à mercê da burocracia oficial, podendo regularizar a sua situação fiscal, sanando as referidas obrigações dentro do prazo para impugnação, e efetuar o pagamento com redução independentemente de homologação prévia por parte do Fisco. Para tanto, o documento de arrecadação pode ser emitido pelo próprio contribuinte com redução da multa para os percentuais previstos no artigo 77 da Lei nº 7.000, de 2001, conforme o caso.

> "Com efeito, o que motivou a adoção do pagamento de multas sob condição resolutória na legislação tributária estadual, foi a constatação da enorme dificuldade, decorrente do excesso de burocracia"

Sendo o pagamento modalidade de extinção do crédito, de fato o crédito tributário objeto do lançamento fica extinto. Não é pagamento parcial, é pagamento total até o implemento, se houver, da condição resolutória.

A condição resolutória é cláusula acidental que subordina o desfazimento do ato jurídico a um evento futuro e incerto. Nessa situação, os efeitos tributários são produzidos imediatamente, i. é, na data do pagamento com redução. Sob condição resolutória, os efeitos do ato jurídico são perfeitos e acabados desde o início, sendo passíveis de supressão após a ocorrência do evento futuro e incerto. No caso, o evento futuro e incerto seria a constatação de que as obrigações não foram sanadas, caso em que haveria a extinção dos referidos efeitos jurídicos, a rigor, mediante o lançamento de ofício do crédito tributário correspondente, nos termos do art. 142, parágrafo único do CTN.

Registre-se, por relevante, que o pagamento efetuado com redução da multa pressupõe que a falta ou irregularidade tenha sido sanada pelo sujeito passivo dentro do prazo legal. A comprovação do cumprimento da obrigação pode ser exigida pelo Fisco a qualquer tempo, ressalvando-se, em caso contrário, ou seja, no implemento da condição resolutória, o direito (dever) de a Fazenda Pública, dentro do prazo decadencial, promover o lançamento de ofício do quantum devido.

João Antônio Nunes da Silva é Auditor Fiscal da Receita Estadual e autor dos livros Manual do ICMS e Processo Fiscal do Espírito Santo.

Sobe e desce

Sobe

Putin eleva imposto sobre mais ricos

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou um reajuste de impostos para as rendas mais altas do país e novos subsídios para auxiliar empresas e famílias mais afetadas pela pandemia de covid-19. Em discurso transmitido pela televisão, Putin explicou que rendas superiores a 5 milhões de rublos (cerca de US$ 72,9 mil) serão tributadas em 15%, contra os atuais 13%.

Sobe

Doações batem bilhões no Brasil

O enfrentamento à covid-19 ultrapassou o marco de mais de R$ 6 bilhões em doações, segundo o Monitor das Doações da ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos). A média mensal de contribuições, porém, teve queda no último mês de junho — período com maior número de casos e maior demanda de auxílio às populações vulneráveis.

Desce

Pandemia e a desigualdades na América Latina

A pandemia do novo coronavírus (covid-19) pode ser considerada também uma pandemia da desigualdade. De acordo com os dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), cerca de 186 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem abaixo da linha de pobreza, e 67,5 milhões se encontram em condição de indigência.

Desce

Taxação de livros pode afetar os mais pobres

A dificuldade de acesso aos livros pode se intensificar ainda mais devido a um projeto enviado pelo governo federal ao Congresso. O mercado livreiro é isento de tributação desde 2004. A proposta, que prevê a taxação de livros em 12%, tem gerado forte repercussão negativa, sobretudo no mercado editorial, que encolheu mais de 20% em uma década, com perdas que somam R$ 1,4 bilhão.

Atendimento presencial no IPAJM deve ser agendado previamente

Medida visa à prevenção do novo coronavirus (Covid-19)

A sede do IPAJM fica na Avenida Cezar Hilal, em Santa Lúcia, Vitória

Os segurados que tiverem dúvidas ou que precisarem de atendimento presencial na Central de Atendimento presencial do IPAJM (Instituto de Previdência Estadual) devem entrar em contato com o teleatendimento pelos telefones **0800-2836640** (para telefones fixos) **e (27) 3201-3180** (para celulares). É obrigatória a marcação para os atendimentos presenciais.

O teleatendimento funciona das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e estaduais.

Nos agendamentos, o segurado deve comparecer à sede do Instituto, localizado na Avenida Cezar Hilal, em Santa Lúcia, Vitória, no horário marcado, com tolerância máxima de cinco minutos de atraso ou antecedência, utilizando obrigatoriamente máscara de proteção.

Serviços on-line

O site www.ipajm.es.gov.br fornece diversas informações e serviços, como Consulta de Processos e Contracheques, sem precisar sair de casa. O teleatendimento está disponível para dúvidas sobre os serviços do site.

Perícia Médica

As perícias médicas não referentes ao requerimento de isenção do Imposto de Renda devem ser agendadas pelo teleatendimento. Já nos casos de inspeções de isenção de IR e imunidade de Contribuição Previdenciária, o servidor deve aguardar contato da própria autarquia.

IPAJM avisa que em 2020 não haverá recadastramento

O IPAJM (Instituto de Previdência do Estado) informou por meio do seu site (www.ipajm.es.gov.br) que neste ano de 2020 não será realizado o recadastramento dos aposentados e pensionistas da autarquia. Ainda segundo o IPAJM, quando for retomada essa ação, os segurados serão previamente comunicados.

Vale lembrar que o último recadastramento ocorreu ano passado, em 2019, e contou com duas etapas: prova de vida (presencial) e atualização de dados cadastrais (pela internet).

Caso algum segurado tenha deixado de participar de ambas ou uma fase desse censo, a orientação é entrar em contato com o IPAJM por e-mail ipajm@ipajm.es.gov.br ou pelo teleatendimento nos números **0800-2836640** e **(27) 3201-3180**.

Artigo: A reforma tributária e o enigma da Caverna do Dragão

Por Pedro de Sá, Auditor Fiscal da Receita Estadual
Publicado em A Gazeta em 30/07/2020

Ao se falar em reforma tributária, lembro-me do desenho animado: "A Caverna do Dragão". Na história, jovens foram transportados para um mundo paralelo, lançados à convivência com estranhas criaturas de um lugar sombrio.

O objetivo era escapar dali e, nessa jornada, recebiam conselhos de um ser pitoresco: o Mestre dos Magos – que, ao invés de ajudá-los, os colocava em mais enrascadas. E, embora chegassem perto, eles nunca conseguiram sair dali.

Da saga, estabelecemos uma analogia ao nosso caótico mundo tributário. A diferença é que a nossa caverna não é ficção, é realidade; Ao longo dos anos, surgiram monstrengos, tais como: complexidade, guerra fiscal, sonegação e regressividade.

O Banco Mundial mostra que o Brasil consome cerca de 1.501 horas/ano das empresas na burocracia do pagamento de tributos. Argentina: 312 horas; Chile: 296. Estamos na 184º posição de 190 países. Isso afeta o crescimento econômico. Somos o líder absoluto em contencioso tributário. Em 2018, o montante chegou a R$ 5 trilhões (73% do PIB). Regressividade, outro obstáculo. No sistema regressivo, "quem tem menos paga mais". É assim no Brasil, onde o maior peso da arrecadação recai sobre os mais pobres.

Nossos monstrengos afligem todos os agentes: contribuinte, sociedade e o próprio Fisco – que é fundamental no fortalecimento de políticas públicas. São problemas conhecidos e há consenso sobre a necessidade de uma reforma. O que persiste, todavia, é o imbróglio sobre qual é a melhor proposta.

Às vezes, surgem alguns gurus – como o Mestre dos Magos – que, mesmo bem-intencionados, propõem sugestões equivocadas. Porém é necessário avançar. Afinal, o tema já é discutido há mais de 30 anos.

No início deste ano, havia a percepção inédita de que teríamos algo factível. Porém, a Covid-19 trouxe novas incertezas e, ao mesmo tempo, ampliou o eixo das discussões – antes focadas apenas na simplificação. A União, finalmente, apresentou sua proposta inicial, que integra PIS/COFINS numa contribuição única. Embora tímida e longe da ideal, tal iniciativa deve ser vista com otimismo, pois representa a retomada dos debates.

Que, desta vez, consigamos sair da nossa caverna.

Deixam saudade

Comunicamos com pesar o falecimento de:

Roberto Ceolin Stefanon
Aposentado - 17/06/20

Ananias dos S. Pimentel
Aposentado - 27/07/20

Alvarez M. de Siqueira
Aposentado - 17/08/20

Maria de L. Leão Borges
Aposentada - 21/08/20